



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E DE CONTROLE

REQUERIMENTO N.º DE 2013
(Dos Srs. Carlos Sampaio e Vanderlei Macris)

Solicita a realização de Audiência Pública para que o Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, o Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Sr. Vinícius Marques de Carvalho e o Coordenador-Geral de Polícia Fazendária da Polícia Federal em Brasília, Sr. Bráulio Cezar da Silva Galloni, prestem esclarecimentos a respeito do recebimento e da tramitação de carta apócrifa contendo denúncias contra Parlamentares de diversas agremiações partidárias.

Senhor Presidente,

Requeiro que Vossa Excelência, com base no art. 58, § 2º, V da Constituição Federal combinado com os arts. 24, inciso VII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário desta Comissão, realize reunião de audiência pública para que o Ministro de Estado da Justiça, Sr. **José Eduardo Cardozo**, o Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Sr. **Vinícius Marques de Carvalho** e o Coordenador-Geral de Polícia Fazendária da Polícia Federal em Brasília, Sr. **Bráulio Cezar da Silva Galloni**, prestem esclarecimentos a respeito do recebimento e da tramitação de carta apócrifa contendo denúncias contra Parlamentares de diversas agremiações partidárias.

JUSTIFICAÇÃO

Como é de conhecimento público, tramita perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE um procedimento que tem por



CÂMARA DOS DEPUTADOS

objeto apurar a suposta infração contra a ordem econômica decorrente da virtual formação de cartel por empresas que participaram de licitações relacionadas a obras e serviços nos metrô e trens do Distrito Federal e do Estado de São Paulo.

De acordo com notícias jornalísticas, em maio de 2013, o CADE firmou, com a companhia alemã Siemens, um acordo de leniência, visando à colaboração desta nas investigações, a fim de que fossem obtidas informações e documentos que possam comprovar a infração sob investigação do órgão e de que fossem identificados os demais envolvidos na infração, como permite o art. 86, da Lei n.º 12.529/2011.

Muito embora o feito tramite sob sigilo, diversos documentos que o instruiriam foram divulgados pela imprensa brasileira.

O atual presidente do CADE, o Sr. Vinícius Marques de Carvalho, embora impedido pela Lei que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência de exercer atividade político-partidária¹, se desfilou do PT há bem pouco tempo, após treze anos de militância, conforme revela reportagem da versão *online* da Revista Veja²:

**“Caso Siemens
Presidente do Cade é militante do PT há 13 anos**

Além de ter sido assessor de político petista, Vinícius de Carvalho tem nome na lista dos filiados do diretório paulista desde 2000; ele afirma não pertencer mais ao partido

Felipe Frazão

Além de ter trabalhado para um deputado petista na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), o atual presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Vinícius Marques de Carvalho, é militante do Partido dos Trabalhadores (PT) há 13 anos. Carvalho filiou-se ao PT da capital paulista no dia 10 de abril do ano 2000, de acordo com dados oficiais da Justiça Eleitoral.

O presidente do Cade mantém sua filiação ativa e está com registro regular no diretório municipal da legenda, segundo consta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os partidos atualizam a relação de filiados duas vezes por ano. A lista em vigor foi enviada pelo PT ao TSE em 19 de abril. A Assessoria de Comunicação do Cade disse, porém, que Carvalho "já se desfilou do PT há muitos anos".

¹ Cf. dispõe o art. 8.º, inciso VI, da Lei n.º 12.529/2011.

² Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/presidente-do-cade-e-filiado-ao-pt-ha-13-anos>>.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Cade, responsável pela regulação econômica no país, atua na investigação de um cartel de empresas que fraudou licitações no sistema metroferroviário de governos do PSDB, em São Paulo, e do DEM, em Brasília. O cartel foi denunciado originalmente pelo deputado estadual Simão Pedro (PT) – de quem Carvalho foi chefe de gabinete entre março de 2003 e janeiro de 2004 – ao Ministério Público paulista. No entanto, o caso só foi confirmado em maio deste ano, quando a multinacional alemã Siemens firmou um acordo de leniência e delatou o funcionamento do esquema ao Cade. Carvalho já estava na presidência.

O secretário da Casa Civil do governo paulista, deputado Edson Aparecido (PSDB), saiu em defesa das gestões tucanas em agosto e acusou o Cade de ser "instrumento de polícia política" e de fazer "vazamento seletivo" de informações à imprensa.

À época, o Cade negara ao governo paulista acesso à cópia da documentação apreendida em cerca de vinte empresas integrantes do cartel e dos termos do acordo de leniência. A Justiça Federal liberou, mais tarde, parte da documentação aos procuradores do estado. Eles entraram com pedido de ressarcimento aos cofres públicos contra a Siemens na Justiça estadual.

Carvalho é formado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e tem dois doutorados: em Direito Comercial pela USP e em Direito Comparado pela Universidade Paris I (Panthéon-Sorbonne). Antes de presidir o Cade, trabalhou como conselheiro do Cade e assessor da presidência do órgão, assessor legislativo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, chefe de gabinete na Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e secretário da Secretaria de Direito Econômico, no Ministério da Justiça. As informações são do currículo profissional de Carvalho, enviado pela ministra da Casa Civil Gleisi Hoffman em maio de 2012 – época em que o petista foi indicado à presidência do conselho.

Ele omitiu, no entanto, no currículo entregue aos senadores o trabalho como assessor legislativo na chefia de gabinete do deputado estadual Simão Pedro. Questionado, afirmou ter sido um "lapso".

Esclarecimentos – Carvalho deve ser convidado para dar explicações sobre a omissão do vínculo com o deputado Simão Pedro (PT) a senadores que o sabatinaram por ocasião de sua indicação à presidência do Cade. A iniciativa partirá do senador tucano Aloysio Nunes, líder da bancada do PSDB: "É muito grave isso. Já estou estudando quais as medidas políticas e judiciais cabíveis nesse caso. Mas vou pedir hoje mesmo que ele venha à comissão que o sabatinou, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para esclarecer o assunto".

Para o senador, a relação de Carvalho com o PT influenciou na indicação para o cargo. "Ele omitiu informações importantes que, seguramente, teriam influenciado a indicação", disse Aloysio.

O líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE), discorda do colega e acredita que o fato de não haver descrição da ligação de Vinícius Carvalho com Simão Pedro tenha influenciado a indicação. "Currículo é



CÂMARA DOS DEPUTADOS

uma coisa muito singular. Se for sem antecedente criminal, se isso não for provado, pode ser um simples esquecimento."

Rigor – O governador paulista, Geraldo Alckmin (PSDB), evitou comentar a relação entre Carvalho e o PT, mas disse que o caso deve ser apurado. "O que nós queremos é apuração. Apuração rigorosa", disse nesta quarta-feira durante visita a Araras, no interior de São Paulo.

Procurado, o Diretório Municipal do PT de São Paulo não retornou as ligações da reportagem até o fim da noite desta quarta-feira para informar se Carvalho realmente se desligou do partido, conforme afirmou a assessoria de imprensa do Cade. *(Com Estadão Conteúdo)*

Sua desfiliação do PT se verificou em decorrência da divulgação de que ele havia omitido, em currículos oficialmente encaminhados ao Senado Federal – a quem incumbia a análise de sua indicação para o cargo –, que fora chefe de gabinete do Deputado Estadual licenciado Simão Pedro, do PT, autor das denúncias de suposta formação de cartel por empresas que participaram de licitações relacionadas a obras e serviços nos metrô e trens do Estado de São Paulo e do Distrito Federal.

Submetida a questão à Comissão de Ética da Presidência da República, esta se limitou, no dia 11 de novembro de 2013, a advertir o presidente do CADE, por ele ter assumido o cargo sem que tivesse sido efetivada a sua desfiliação do PT, conforme noticiou o Estadão³:

“Comissão de Ética adverte presidente do Cade

Punição é aplicada após 'Estado' revelar que Vinicius Carvalho não informou relação com Simão Pedro em currículos oficiais antes de assumir o cargo; parlamentar é um dos denunciante do cartel dos trens, caso investigado pelo órgão

11 de novembro de 2013 | 15h 36

Rafael Moraes Moura - O Estado de São Paulo

Brasília - Por unanimidade, a Comissão de Ética Pública da Presidência da República decidiu aplicar nesta manhã advertência ao presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Vinicius Carvalho. Na prática, a punição vai constar no currículo de Carvalho.

³ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional/comissao-de-etica-adverte-presidente-do-cade,1095575,0.htm>>.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O processo foi aberto após o **Estado** revelar que Carvalho omitiu, em ao menos quatro currículos oficiais, ter trabalhado para o deputado estadual Simão Pedro (PT), responsável por representações que apontavam suspeitas de formação de cartel, superfaturamento e pagamento de propina envolvendo contratos do metrô e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

Na ocasião, Simão Pedro alegava que não mantinha mais contato com Vinícius após sua posse no Cade. Na semana passada, no entanto, o **Estado** mostrou que o deputado levou informações sobre o caso a Vinícius meses antes de o Cade fechar um acordo de leniência com a Siemens. A empresa é detentora de uma série de contratos com o governo paulista nas últimas décadas. Registros do órgão e um post do deputado em seu perfil do Twitter relatavam o encontro.

De acordo com o presidente da comissão, Américo Lacombe, o motivo que levou à aplicação de advertência a Vinícius Carvalho foi o fato de ele ter assumido a presidência do Cade sem ter sido efetivada a sua desfiliação do Partido dos Trabalhadores.

"Ele (Carvalho) não tomou providências necessárias para cancelar o registro dele do partido. Ele pediu, mas não foi atrás, não foi à Justiça Eleitoral. Tanto que algum tempo depois, depois de ele já ter se desligado do partido, numa relação do partido aparece o nome dele como integrante. Ele já não era mais integrante, mas não tomou esses cuidados, entendeu? Ele não teve essa cautela, foi isso", afirmou Carvalho. Procurada, a assessoria de imprensa do Cade ainda não se pronunciou sobre a decisão da comissão.

"Ele (Carvalho) não tomou as providencias burocráticas, só isso. Ainda, sem ele saber, ele não teve o cuidado, foi imprudente. Ele já tinha pedido o cancelamento, mas não tomou as providencias totais, completas para que esse cancelamento fosse efetivado. Ele não se considerava mais (filiação ao PT), mas ainda tecnicamente era (filiação)." "

A aplicação de advertência serve como uma "mancha" no currículo do presidente do Cade, de acordo com o presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República. "Vamos imaginar que amanhã ele (presidente do Cade) queira ou alguém o convide pra ser ministro do Supremo (STF). Sabe-se que uma das condições é ter reputação ilibada. Será que ele terá depois de uma advertência? É o que eu pergunto. Eu por enquanto não respondo nada. Porque isso vai depender do tempo. É uma mancha, sem dúvida nenhuma", afirmou Lacombe.

Para Lacombe, não há semelhanças entre o caso Cade e o de Elano Figueiredo, que foi demitido da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), após o **Estado** revelar que Figueiredo omitiu do currículo público ter trabalhado para a operadora de saúde Hapvida.

"Ele (presidente do Cade) não omitiu. Ele disse sempre que estava desvinculado do PT. Ele nunca omitiu isso. Ele não tomou as providencias burocráticas, só isso. Ainda, sem ele saber, ele não teve o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

cuidado, foi imprudente. O outro, não (Elano). O outro fez omissão", disse Lacombe."

Nesse meio tempo, embora o presidente do CADE e o Deputado Estadual Simão Pedro tivessem negado peremptoriamente qualquer contato, depois da posse do primeiro na presidência do CADE, reportagens jornalísticas apontaram a ocorrência de ao menos dois encontros entre eles⁴. Um desses encontros, conforme informou o próprio Deputado Simão Pedro em seu Twitter, no dia 19 de setembro de 2012, ocorreu em Brasília, cidade para onde o Deputado se deslocou com o declarado objetivo de tratar sobre "a formação de cartel nas obras do Metrô/SP", tendo sido reembolsado do custo das passagens aéreas pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, de acordo com o que noticiou o "Estadão".

Nos últimos dias, diversos meios de comunicação trouxeram a público o conteúdo de uma carta-denúncia apócrifa, que integraria a documentação em poder do CADE. Sua autoria foi prontamente atribuída a Everton Rheinreimer, um ex-executivo da companhia Siemens.

Na carta, que foi encaminhada pelo Delegado Bráulio Cezar da Silva Galloni, coordenador-geral de Polícia Fazendária da Polícia Federal em Brasília, para a Polícia Federal em São Paulo, onde o inquérito do caso Siemens tramita, constam nomes de alguns Parlamentares do PSDB e de outras siglas partidárias. De acordo com o que menciona o Delegado Bráulio Galloni no memorando n.º 98/2013, de 11 de julho, a denúncia foi recebida "via Cade"⁵. A versão *online* da "Folha de São Paulo" chegou a divulgar, em reportagem, cópia do memorando encaminhado à Polícia Federal no Estado⁶:

"23/11/2013 - 03h37

⁴ Cf. notícias disponíveis em: <[http://www.estadao.com.br/noticias/impreso_registro_contradiz_presidente-do-cade,1093270,0.htm](http://www.estadao.com.br/noticias/impreso_registro_contradiz_presidente_do_cade,1093270,0.htm)> e <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/tag/simao-pedro/>>.

⁵ Cf. material disponível no sítio <<http://atarde.uol.com.br/politica/materias/1550519-cardozo-enviou-a-pf-denuncia-de-ex-executivo-da-siemens>>.

⁶ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/11/1375582-ex-diretor-da-siemens-nega-ser-autor-de-acusacoes-contras-os-tucanos.shtml>>.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ex-diretor da Siemens nega ser autor de acusações contra os tucanos

MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

O ex-diretor da Siemens Everton Rheinheimer negou ontem em nota ser o autor das denúncias segundo as quais empresas que fornecem para o Metrô e a CPTM abastecem o caixa dois dos tucanos em São Paulo há mais de 20 anos.

"Vejo-me na obrigação de esclarecer que os documentos devassados e as informações publicadas como se fossem de minha autoria foram distorcidos e não condizem com a realidade", diz.

Ele diz que não será "suscetível a eventuais pressões ou discussões políticas paralelas à apuração da verdade". O ex-diretor nega ter pedido ao PT o cargo de diretor da Vale como recompensa às informações que prestara. O documento não é assinado, mas traz uma série de informações que apareciam associadas ao ex-diretor.

O relato diz que o principal secretário do governador Geraldo Alckmin (PSDB), Edson Aparecido (Casa Civil), recebeu propina do lobista Arthur Teixeira, acusado de intermediar o pagamento de comissões de empresas que atuam no mercado de trens. Também é acusado de receber propina o deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP). Ambos negam a acusação.

São citados como próximos do lobista mais três secretários de Alckmin: Jurandir Fernandes (Transportes Metropolitanos), José Aníbal (Energia) e Rodrigo Garcia (Desenvolvimento Econômico). Garcia é do DEM.

O senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), os deputados Walter Feldman (PSB-SP) e o deputado estadual Campos Machado (PTB) também eram mencionados. Todos refutam a acusação com veemência.

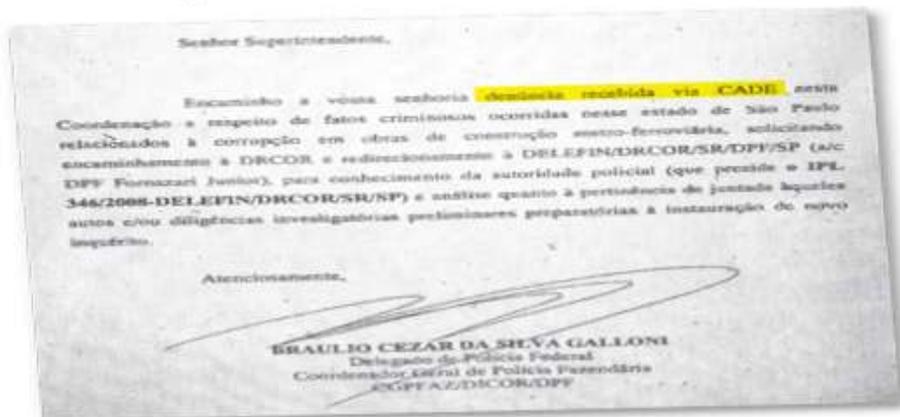
editoria arte/editoria arte



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JOGO DE EMPURRA

Ministério da Justiça diz que encaminhou denúncia que a PF afirma ter recebido do Cade



A NOTIFICAÇÃO

Em junho, o delegado Bráulio Galloni, da Polícia Federal, enviou à superintendência regional da PF em São Paulo denúncia que diz ter recebido do Cade, o órgão de defesa da concorrência, que investiga irregularidades em licitações de trens em São Paulo e Brasília

Andre Borges/Folhapress



A NEGATIVA

O Cade, presidido pelo advogado **Vinicius Carvalho**, divulgou nota oficial negando ter recebido a denúncia. Segundo o jornal "O Estado de S. Paulo", ela foi apresentada por um ex-diretor da Siemens, Everton Rheinheimer, que acusa tucanos de receber propina para ajudar a multinacional

Pedro Ladeira/Folhapress



O MINISTRO

Ontem, o Ministério da Justiça apresentou uma nova versão sobre a origem da denúncia. O ministro **José Eduardo Cardoso** diz que ela foi entregue a seu gabinete pelo deputado estadual licenciado Simão Pedro (PT) e depois enviada à polícia. O deputado não quis comentar

NOVA VERSÃO

O Ministério da Justiça apresentou uma nova versão sobre a origem da denúncia: o documento foi entregue ao gabinete do ministro José Eduardo Cardoso por Simão Pedro, deputado licenciado do PT e secretário de Serviços da Prefeitura de São Paulo. Procurado pela **Folha**, ele não quis se pronunciar.

A versão visa preservar o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), segundo a Folha apurou. O órgão responsável pela defesa da concorrência, que investiga o cartel no mercado de trens denunciado pela Siemens, é acusado por tucanos de agir de acordo com interesses políticos do PT.

Se o documento com acusações aos tucanos tivesse partido do Cade, as desconfianças só cresceriam. Empresas acusadas de cartel pela



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Siemens poderiam acusar o órgão de operar para o PT e tentar anular o acordo que a multinacional alemã assinou.

O presidente do Cade, Vinicius Carvalho, foi chefe de gabinete de Simão Pedro e escondeu essa informação do seu currículo. A versão do ministro contraria memorando assinado pelo delegado da Polícia Federal Braulio Cezar da Silva Golloni, coordenador de Polícia Fazendária em Brasília.

No dia 11 de junho deste ano, Golloni escreveu o seguinte ao enviar o documento para São Paulo: "Encaminho a vossa senhoria denúncia recebida via Cade nesta coordenação". O delegado Milton Fornazari Jr., responsável em São Paulo pelo inquérito sobre o cartel, confirma em 27 de junho que recebeu informações remetidas pelo Cade."

Nada obstante esse fato, no dia imediatamente seguinte ao da veiculação do teor da carta-denúncia, o Ministério da Justiça, titularizado pelo Sr. José Eduardo Cardozo, emitiu nota desmentindo o Delegado Bráulio Galloni:

"O Ministério da Justiça esclarece que, tendo recebido do deputado Simão Pedro denúncias, acompanhadas de documentos, envolvendo a ocorrência de eventuais atos ilícitos na execução de obras do metrô de São Paulo, encaminhou-as, no estrito cumprimento do dever legal, à Polícia Federal (PF) para as devidas investigações. O Ministério reafirma que a documentação não foi encaminhada à PF pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)."

Na mesma data, o ex-executivo da Siemens Everton Rheinreimer negou ser o autor das acusações contra os membros do PSDB e de outras agremiações partidárias, informando que "os documentos devassados e as informações publicadas como se fossem de minha autoria foram distorcidos e não condizem com a realidade".

O PSDB defende que todas as denúncias que digam respeito a desvios de recursos públicos, qualquer que seja sua origem e quaisquer que sejam os envolvidos, sejam ampla e rigorosamente apuradas pelos órgãos competentes.

Não pode compactuar, contudo, com a exploração arbitrária e covarde de carta-denúncia apócrifa, imprestável, sem que sejam realizadas diligências preliminares, até mesmo para a instauração de inquérito policial, de acordo com o entendimento dos nossos Tribunais Superiores.

A mesma Constituição Federal que garante a liberdade de expressão proíbe o anonimato, obrigando o indivíduo que se manifesta a assumir a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

autoria do teor de sua manifestação, de forma a responder pelos danos que eventualmente causar a terceiros. Isso na medida em que estão em jogo o princípio constitucional da presunção ou estado de inocência e a inviolabilidade do direito fundamental à honra.

Estamos num Estado Democrático de Direito, conquistado a duras penas pelo povo brasileiro. Não é admissível que o PT, nesse ambiente, tente minimizar os impactos políticos da prisão dos mensaleiros e alimentar a ofensiva contra o PSDB em São Paulo, fazendo com que órgãos de Estado se convertam em órgãos de governo para perseguir seus adversários políticos e expor impunemente indivíduos à execração pública, antes mesmo de qualquer apuração por quem de direito.

Diante do acima exposto e da competência do Congresso Federal para “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta” (art. 49, X, da Constituição Federal), entendemos que a realização de sessão de audiência pública nesta Comissão, para a oitiva do Ministro de Estado da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, do Presidente do CADE, Sr. Vinícius Marques de Carvalho e do Coordenador-Geral de Polícia Fazendária da Polícia Federal em Brasília, Delegado Bráulio Cezar da Silva Galloni, é de fundamental importância para o esclarecimento dos fatos.

Sala da Comissão, em 26 de novembro de 2013.

Deputado CARLOS SAMPAIO
PSDB/SP

Deputado VANDERLEI MACRIS
PSDB/SP